

Documento de Trabalho nº 62, CesA, Lisboa, 2001

**O consenso internacional na luta contra a pobreza
e a cooperação para o desenvolvimento
em São Tomé e Príncipe**

por

Carlos Sangreman Proença

Carlos Sangreman Proença foi Assistente do ISEG entre 1979 e 1998, onde leccionou "Análise Económica I", "Economia do Desenvolvimento" e "Fontes e Métodos Estatísticos" (licenciatura); investigador no CesA. Prepara Doutoramento com um estudo sobre os "Efeitos sociais das políticas de ajustamento e estabilização nas populações urbanas: o Caso da cidade de Bissau na Guiné-Bissau, entre 1986 e 2001". Assessor do Ministério do Plano na Guiné-Bissau em 1986 e 1987. Assessor do Ministério do Trabalho e Solidariedade para a Cooperação desde 1998. Missões técnicas a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para o PNUD, União Europeia, Banco Mundial, AIDS Sueca e Governo Português.

Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**O CesA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões neles expressas**

**O consenso internacional na luta contra a pobreza
e a cooperação para o desenvolvimento
em São Tomé e Príncipe**

por

Carlos Sangreman Proença

**CEsA
Lisboa
2001**

***Podemos avançar para um período de grande progresso
e para a erradicação da pobreza no mundo
ou podemos continuar a assistir ao crescimento da pobreza,
da exclusão, da guerra e da degradação do ambiente.
Nenhuma destas possibilidades é inevitável.
O futuro é uma questão de vontade política
e de escolha e o cinismo e o pessimismo
são inimigos do progresso.***

Adaptado de Clare Short,
Secretária de Estado para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Livro Branco,
2000

INDICE

Abreviaturas e acrónimos

Prefácio

- I. Introdução aos determinantes deste trabalho
- II. A cooperação tendo como eixo central a luta contra a pobreza no actual consenso internacional
- III. A luta contra a pobreza em S. Tomé e Príncipe
 - i. Opções estratégicas governamentais
 - ii. A cooperação internacional

Conclusões

- Anexos
- 1. O desenvolvimento dos pequenos Estados insulares (Brigida Brito)
 - 2. Pequena nota sobre a identidade Santomense (com contributo de Nadia Jones)

Bibliografia

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- APAD – Associação Portuguesa de Ajuda ao Desenvolvimento
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- FAO – Organização para a Agricultura e Alimentação
- FIDA – Fundo para a Investigação e o Desenvolvimento Agrícola
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNUAP – Fundo das Nações Unidas para Actividades da População
- GECOOPSTP – Gestor de Cooperação do ICP para S. Tomé e Príncipe
- ICP – Instituto de Cooperação Portuguesa
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- HIPC – Heavily Indebted Poor Countries
- ILO – Organização Internacional do Trabalho
- IMF – ver FMI
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- MTS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- OIT – Ver ILO
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG – Organizações não governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa
- PAP – Plano de acções prioritárias 2000 - 2002
- PIC – Programa Indicativo de Cooperação
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PREP – Programa regional de promoção de emprego
- STP – São Tomé e Príncipe
- UE – União Europeia
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- WB – World Bank. (Ver BM)

PREFÁCIO

Este *Working Paper* editado pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) foi elaborado a partir do estudo preparatório do Programa Integrado de Cooperação (PIC) entre Portugal e São Tomé e Príncipe.

Esse estudo, elaborado em conjunto com a Dras. Tânia Montalvão e Maria João Marques, o dr. Nuno Cunha e colaboração das mestres Brigida Brito --- que autorizou a edição do seu texto *PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO* como Anexo 1 a este texto -- e Nadia Jones, constituiu uma tentativa para introduzir uma metodologia de trabalho na construção dos PIC que, além de procurar um equilíbrio entre as pretensões locais e as possibilidades humanas e financeiras de Portugal, realizasse um aproveitamento explícito do potencial científico dos técnicos do ICP, do Departamento de Cooperação do Ministério da Solidariedade e do Trabalho e da Universidade, assegurando uma qualidade nesses documentos que até à época não existia.

Outubro 2001

Carlos Sangreman Proença

I. Introdução

A definição de prioridades da cooperação portuguesa está, em teoria, contida no conjunto de legislação e de documentação que se segue:

- Programa do XIV Governo Constitucional, D.R., 6 de Novembro, 1999
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99 sobre a orientação estratégica denominada “A cooperação portuguesa no limiar do século XXI”, D.R., 18 de Maio, com as alterações que têm vindo a ser introduzidas na versão que se pode encontrar online no site do ICP em Maio de 2001. (www.instcoop.pt)

O PIC (2001) designadamente na Introdução faz uma síntese da seguinte forma:

“Os programas e projectos acordados concentram-se nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura, que constituem o triângulo do Desenvolvimento e do Combate à Pobreza, a par do apoio institucional aos sectores da Defesa, Segurança, da Justiça e da Administração Pública, travejamento essencial da consolidação do Estado de Direito e do aperfeiçoamento da Democracia.

Serão igualmente objecto da atenção prioritária os sectores produtivos, tendo em vista o crescimento económico daqueles países e sua integração na economia e comércio mundiais e a promoção da Sociedade Civil em ordem à sua maior e melhor participação no desenvolvimento.”

Não me parece que este texto defina claramente uma ordenação ou escala de prioridades sectoriais operacionais. Limita-se a retirar algumas áreas sectoriais e transversais como o Desporto, ou a Cultura, mas mantém todas as restantes.

O texto disponível no “site” do ICP – “A cooperação portuguesa no limiar do século XXI” - na sua página 42, no ponto Prioridades sectoriais, defende a “concentração em sectores criteriosamente seleccionados” que apresenta como os seguintes:

Formação, educação, cultura e património.

Saúde. Actividade produtiva e infra – estruturas.

Segurança. Ajuda financeira. Ajuda humanitária de emergência.

Juntando os documentos e a legislação citados é difícil encontrar um sector que não seja prioritário. Tomando como definição de áreas as referidas no PIC 2001, página

32, ficariam de fora das prioridades a Juventude e Desporto, o Ambiente, a Ciência e Tecnologia, e o Planeamento.

Não existe, portanto, nos documentos oficiais do governo português uma definição de prioridades operacional para a cooperação portuguesa.

Face a esta indefinição vamos orientar o presente trabalho a partir da nossa interpretação das prioridades definidas verbalmente pelo presidente do ICP:

A luta contra a pobreza é o eixo central da cooperação. Ou seja dentro de cada área as acções prioritárias são aquelas que a comunidade internacional considera consensualmente nos últimos anos serem mais eficazes na luta contra a pobreza, como será exemplificado mais adiante.

Como metodologia para determinar o conteúdo desse consenso procuraram-se os relatórios de diferentes agências especializadas da ONU (OIT, FIDA, OMS, UNESCO) e do BM/FMI. Procurou-se assim utilizar as publicações onde a comunidade internacional continua a debater as alternativas de estratégias, políticas e instrumentos com as quais se procura resolver o problema da persistência das desigualdades no desenvolvimento do conjunto de países do mundo.¹

Nas áreas transversais o *reforço das instituições de governação e da sociedade civil* é uma prioridade. Assim esta área prevalece sobre as restantes áreas transversais como o género, o ambiente, a estatística. E dentro desta área prevalece a cooperação com as instituições que tem responsabilidades na área da luta contra a pobreza, como os Ministérios da área social e do trabalho/emprego, os municípios das zonas com maior índice de pobreza (extensão e gravidade) as organizações da sociedade civil laicas e religiosas que trabalham com os grupos vulneráveis (em São Tomé e Príncipe os idosos, os agricultores sem terra, as mulheres chefes de família)

Nas áreas sectoriais a prioridade vai para a agricultura, educação, saúde e protecção social, como rede de segurança direccionada para os mais pobres, mais uma vez priorizando as acções que atacam directamente a pobreza em relação a outras acções das mesmas áreas.

¹ Um exemplo de outro documento com um método muito mais completo é o estudo de Peck e Widmark para a SIDA sueca, que consultou todas as 30 avaliações de projectos da SIDA desde 1999, e os documentos de

A cooperação portuguesa tem ainda três parâmetros geo-estratégicos que podemos expressar como:

- 1) Portugal faz cooperação Estado a Estado com os PALOP e com Timor sejam quais forem os regimes políticos que existam nesses países.
- 2) Portugal procura expandir a utilização da língua portuguesa em todos os países onde haja interesse local ou português.
- 3) Com Timor, Portugal tem cooperação em todas as áreas sociais, económicas e políticas que permitam aos timorenses construir um Estado de Direito.

O que me parece significar que a política de cooperação na área da defesa e segurança, da cooperação financeira, as acções do tipo bolsas e viagens de políticos dos PALOP e Timor para reuniões internacionais e o apoio à língua portuguesa, assumem uma importância igual às restantes três áreas prioritárias. Mas tal não tem nada a ver com a cooperação para o desenvolvimento mas sim com a afirmação política de Portugal no mundo.

A plena assunção desta posição leva a processos de decisão sobre verbas para esse tipo de acções que não seguem a lógica das restantes e que portanto devem ter fundos próprios.

Neste trabalho a definição de prioridades apresentadas são sugestões coerentes, na nossa opinião, com a orientação da política portuguesa de cooperação e pretende ter consequências imediatas sobre os fundos sobre os quais o ICP tem responsabilidade de decisão. A APAD, os Ministérios com fundos próprios ou outras instituições públicas com autonomia financeira podem na realidade decidir de forma diferente a ordenação das suas prioridades, interpretando a indefinição de prioridades referida, de acordo com o seu interesse em manter ou não a cooperação como têm feito até hoje. E julgamos que só passo a passo irão todos andando do mesmo modo.

Temos portanto em síntese:

Cooperação para o desenvolvimento

- Áreas prioritárias :
- I^o As acções contra a pobreza na agricultura, educação, saúde, protecção social e no reforço das instituições.
 - II^o As acções contra a pobreza nas restantes áreas sectoriais e transversais.

- Áreas não prioritárias:
- I^o Outro tipo de acções na agricultura, educação, saúde, protecção social e no reforço das instituições.
 - II^o Outro tipo de acções nas restantes áreas sectoriais e transversais.

Cooperação geo estratégica:

Defesa e Segurança nos PALOP e em Timor Lorosae.

Cooperação financeira

Expansão da Língua Portuguesa em todos os países

Este trabalho apenas se refere à cooperação para o desenvolvimento com os PALOP que julgamos ter, em Portugal, uma vantagem comparativa em relação aos restantes países do mundo. Essa vantagem consiste numa enorme ligação afectiva generalizada, derivada de, em cada duas famílias portuguesas, existir ainda, pelo menos, uma pessoa viva que, ou esteve na guerra colonial, ou viveu nos PALOP antes do 25 de Abril de 1974. É essa especificidade que torna urgente a reflexão e a adaptação do modelo teórico descentralizado de cooperação portuguesa, ao que se pratica hoje no mundo. Isto sem pensarmos que encontraremos a chave do desenvolvimento, mas também sem aceitarmos passivamente o pensamento dominante.

Esse capital humano é único e não é claro que se consiga reproduzir para outras gerações. Mas também não se consegue transformar numa cooperação mais eficaz se não existir uma intenção firme de o concretizar em programas, projectos ou simples acções de cooperação com esses países.

Parece-nos igualmente que a cooperação contribui para uma configuração da sociedade portuguesa nos valores éticos da solidariedade com outros povos do mundo, ligados ou não a Portugal por uma História comum.

II. A cooperação na luta contra a pobreza no actual consenso internacional

O conceito de bem estar/pobreza e o consenso das estratégias de desenvolvimento

O consenso internacional sobre a pobreza como privação do bem estar, tem de ser procurado nos vários textos de relatórios das grandes organizações internacionais, das agências bilaterais com produção escrita e nos textos dos investigadores com obra mais publicada na área do desenvolvimento.

O conceito de bem-estar é algo que se situa a nível mental, uma noção sinónimo de “satisfação” ou de “plena realização”. Bentham (1823) utilizou para definir utilidade como “a propriedade de qualquer objecto de produzir benefícios, ..., prazer ou felicidade”. Pigou, em 1920, afirma “que os efeitos no bem estar económico eram provavelmente equivalentes em direcção... ao efeito no bem estar total”.

Essa tese vai prevalecer até aos anos setenta do século XX, onde autores como A.Sen ou P.Townsend, vão introduzindo no conceito de pobreza um conjunto de bens e serviços não directamente mensuráveis ou quantificáveis. Tal conceito vai sendo apropriado seja pelos investigadores seja pelos executores da política social, a nível das organizações multilaterais internacionais.

A emergência da noção de necessidades básicas (Chenery, 1974), o trabalho da equipa que foi construindo o Índice de Desenvolvimento Humano, do PNUD a partir de 1990, e a obra do Prémio Nobel da Economia Amartya Sen ao desenvolver o conceito de bem estar ligado à ideia do aumento das oportunidades para exercer capacidades humanas pluridimensionais mais do que ao consumo ou ao rendimento, fixou o conceito de bem estar como acesso a um conjunto de recursos muito mais vasto que as necessidades de consumo, dando razão a seja ao remoto Aristóteles, que defendia que a riqueza era um meio para obter uma vida digna, sejam os vários criadores da economia moderna como A.Smith, D.Ricardo, R. Malthus, K. Marx e J.S.Mill, que “*nunca esqueceram que o verdadeiro objectivo do desenvolvimento é o bem estar da população e que a riqueza não é mais do que um meio para atingir esse objectivo*” (PNUD, 1998a).

Temas como o género, a participação (empowerment), a vulnerabilidade ao risco, a insegurança, foram sendo incorporados na definição do padrão de recursos a que os pobres não tinham acesso.

A pirâmide de Baulch, (1996) está-se a tornar uma forma generalizada de representação do conjunto de recursos materiais e simbólicos do bem estar:



Recursos AB = Alimentos e Bens

Recursos Públicos = Acesso a água, saneamento, electricidade, educação, saúde.

RSF = Recursos Sociais Familiares

Terra = Recursos de capital físico para além da Habitação

Empowerment = participação na vida colectiva seja a nível de aldeia, de bairro ou do país, e de acordo com as relações sociais mais tradicionais ou por meio de debates, voto e participação em instituições públicas mais de acordo com o sistema político europeu.

Embora tenhamos consciência que uma tal definição deveria ser apoiada numa análise socio-económica da identidade do país, pensamos que este gráfico corresponde ao que pode ser a definição do conjunto de recursos a que uma família santomense aspira a ter acesso. E forma deste modo o padrão de bem estar de todo o conjunto de famílias do país. O conceito de bem estar assume assim um carácter multi disciplinar que varia com o género, idade, cultura, e outro contextos históricos, económicos e sociais.

O reconhecimento da multi dimensionalidade do Bem Estar tem como consequência directa a multi dimensionalidade da pobreza abrindo um enorme leque de possíveis estratégias e instrumentos de combate à pobreza.

Tem também como consequência, frequentes confusões entre o conteúdo das políticas de combate à pobreza e as políticas de desenvolvimento em geral, com tendência para se considerar que todos os projectos de cooperação com países pobres são projectos de combate à pobreza.

Uma possível síntese do consenso de organizações internacionais como o CAD da OCDE, o Banco Mundial, o PNUD, o FIDA, a OIT, a OMS, etc, e de países com forte presença na cooperação internacional como a Suécia, a Noruega, a Holanda ou o Reino

Unido, de qual o conteúdo comum das estratégias nacionais de redução da pobreza pode formular-se do seguinte modo:

- a) aumento das oportunidades dos pobres através do crescimento económico direccionado para os mais vulneráveis
- b) melhoria das capacidades dos pobres para aproveitarem essas oportunidades através de um maior acesso a activos humanos, físicos e financeiros
- c) aumento da “voz dos pobres”. Ou seja que o imperativo ético do empowerment dos pobres seja claramente assumido
- d) redução da vulnerabilidade dos mais pobres pela construção de redes de segurança social.

Esta opção estratégica implica uma definição de prioridades de política económica e social cuja correspondência na cooperação são as orientações referidas na Introdução. É o modelo de cooperação para o desenvolvimento adoptado formalmente nas Conferências do Rio (1992), de Viena(1993), do Cairo (1994), de Copenhagem e Beijing (1995), e noutras conferências de organizações internacionais, e distinto de uma cooperação dirigida a todos os sectores da organização institucional dos Estados receptores, como tem sido a cooperação portuguesa de uma forma geral.

Na comunidade científica internacional começou desde 1997 , a desenvolver-se um modelo alternativo (Joseph Stiglitz, anterior economista chefe do Banco Mundial surge como principal autor) que se pode sintetizar como:

- a) O desenvolvimento é um processo que necessita de um aumento de acesso a recursos e oportunidades a todos os níveis de rendimento da sociedade: pobres, classes médias e superiores;
- b) O tipo de recursos referidos são os mesmos mas têm prioridades diferentes; correspondem a necessidades de acesso a recursos económicos, culturais e simbólicos de acordo com o padrão de bem estar vigente na sociedade em causa.

Não há nenhum consenso sobre qual o modelo mais eficaz

E sobretudo só existem balanços relativamente fiáveis, dos efeitos da política de estabilização e ajustamento estrutural preconizada pelos neoliberais nas estratégias de desenvolvimento apelidadas de “monetaristas” e “economia aberta”, sendo ainda muito cedo para se poder afirmar qual o padrão alternativo de políticas económicas e sociais mais eficazes. Os cientistas e os políticos do desenvolvimento há muito que se debatem com expectativas não satisfeitas no curto e médio prazo. Apenas no longo prazo de 30-

40 anos a esmagadora maioria dos indicadores apresenta melhorias mais ou menos nítidas.

A globalização e os IDG na configuração da cooperação na luta contra a pobreza

O século XXI coloca, em matéria de desenvolvimento, um desafio enorme a todos os países – a redução da pobreza no mundo.

Portugal, entre outros Estados e instituições multilaterais, assumiu, centrar todos os esforços de desenvolvimento no respeito pelo cumprimento dos Objectivos Internacionais de Desenvolvimento (IDG)².

O sucesso destes Objectivos dependerá da firmeza do compromisso assumido. Mas, qualquer estratégia de desenvolvimento terá, também, de estar enquadrada num contexto maior – o da globalização.

O debate mundial sobre a globalização tem-se tornado ponto de agenda em várias instâncias internacionais. Sobretudo pela sua natureza controversa, porque tanto poderá ser portadora de benefícios como de riscos para os países e populações, marginalizando-as completamente em relação ao resto do mundo, impõe-se, a definição de estratégias nas suas diferentes componentes, que tomem como contexto a globalização de modo a que esta beneficie os pobres de todo o mundo, e entrem em conta com o facto crescente de ser cada vez mais claro o desaparecimento progressivo dos Espaços Nacionais (países, sub-regiões, uniões aduaneiras, etc.). Exemplifiquemos com as componentes de Boa Governação, Educação, Saúde, Ambiente e Dívida Externa.

? Boa Governação

A globalização torna imprescindível a existência de governos eficazes nos países em desenvolvimento – governos que garantam a estabilidade, a lei e a ordem.

Para atrair fluxos de capitais externos é preciso que os PVD ponham em prática melhores políticas internas, as mesmas que geram poupança interna, que fomentam o investimento interno e que desencorajam a fuga de capitais: ambiente político e económico estável e previsível; leis transparentes; concorrência pelos preços e custos, e não pelos poderes simbólicos de influências; redução das barreiras administrativas ao investimento.

² A Better World for All, ONU, Genebra, Junho 2000, entre outros.

É preciso que as instituições públicas beneficiem os pobres apoiando a sociedade civil de forma a que as pessoas possam ter capacidade organizativa e voz activa na sociedade. É essencial a defesa dos direitos humanos, o que passa por dar visibilidade aos projectos direccionados para as mulheres e oportunidades às crianças para que tenham acesso à educação primária e saúde básica.

? Educação

As estratégias de desenvolvimento têm de apostar fortemente na educação e na formação profissional.

Uma educação ao nível básico e primário de qualidade pelos padrões dos países mais desenvolvidos, envolvendo, de forma, clara, a educação das raparigas. Homens e mulheres, inevitavelmente, têm de ser encarados como o motor do desenvolvimento.

Hoje, e num contexto de globalização, a aposta passa ainda pelo domínio das tecnologias da informação, nomeadamente no sector fabril e dos serviços.

? Saúde

Uma saúde básica e preventiva melhor nos países em desenvolvimento significa menos sofrimento, menos dinheiro gasto em doenças, desenvolvimento físico e intelectual, melhor assiduidade escolar e aprendizagem, maior produtividade no trabalho. Estes países enfrentam doenças como a tuberculose, a malária, a poliomielite ou a SIDA. As populações deslocadas são vulneráveis a doenças contagiosas como a malária, meningite, pneumonia e diarreia. Os custos com estas doenças são enormes em países onde os orçamentos para a saúde são reduzidos e só são sustentáveis com fundos externos.

A mobilidade da mão de obra decorrente da globalização torna essas doenças uma ameaça para todos os países e não apenas para aqueles onde surgem. É importante um trabalho conjunto entre países, industrializados e PVD, bem como com organizações internacionais (OMS, UNAIDS, BM, ou ainda a União Europeia) para o desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas a preços acessíveis, sistemas de saúde e prestação de cuidados de saúde básicos alargados.

? Sustentabilidade Ambiental

A globalização está a criar novos desafios para a gestão do ambiente global. O interesse por uma gestão sustentável do ambiente é comum visto tratar-se de um bem público global. Os pobres são os mais vulneráveis aos efeitos negativos: vivem em zonas

degradadas e ecologicamente frágeis e tem pouca capacidade para superar efeitos negativos que afectem a sua subsistência tais como a escassez de água, poluição atmosférica de interiores, falta de saneamento, erosão do solo e perda de espécies vivas.

Nos últimos anos desenvolveu-se uma variedade de acordos internacionais, como a convenção sobre alterações climáticas, biodiversidade ou esgotamento do ozono. É preciso que os PVD tenham maior voz nestas convenções sobre o ambiente. Também o BM e FMI, ao apoiar políticas de redução da pobreza, terão de avaliar a capacidade dos países no que respeita a estratégias de desenvolvimento sustentável.

?Divida Externa

Uma outra área importante é a da redução da dívida. Para aqueles países cuja dívida é considerada insustentável, foi lançada em 1996, a Iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries). A redução da dívida está agora a ser relacionada com as estratégias nacionais de redução da pobreza, que os governos dos países fortemente endividados estão a preparar em Cooperação com a sociedade civil³.

É importante que as estratégias de redução da pobreza privilegiem a liderança dos países em desenvolvimento na formulação e condução das suas estratégias de desenvolvimento. O apoio internacional está dependente de políticas económicas, sociais e ambientais que reduzam a pobreza.

O quadro síntese dos objectivos/metastas e dos indicadores para avaliação aprovados pela comunidade internacional é o seguinte:

³Consultar Iniciativa HIPC para STP (<http://www.worldbank.org/hipc>)

Objectivos		Indicadores
Bem-Estar Económico	Reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza entre 1990 e 2015	? População que vive com menos de 1 dólar dia; ? Parcela do consumo dos 20% mais pobres; ? Distância média à linha de pobreza; ? Crianças com peso deficiente menores de 5 anos;
Desenvolvimento Social	Matricular todas as crianças na escola primária até 2015	? Frequência da escola primária; ? Crianças que atingem o 4º ano da escola primária; ? Taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos;
	Obter maior igualdade e habilitar as mulheres, eliminando as desigualdades por sexo na educação primária e secundária até 2015;	? Rácio de raparigas por rapazes na educação primária e secundária; ? Alfabetização feminina (15 a 24 anos) em % da taxa masculina
	Reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil entre 1990 e 2015	? Taxa de mortalidade infantil; ? Taxa de mortalidade de menores de cinco anos
	Reduzir em três quartos a mortalidade materna entre 1990 e 2015	? Taxa de mortalidade materna; ? Nascimentos assistidos por pessoal qualificado;
	Proporcionar acesso a todos que precisam de serviços de saúde reprodutiva até 2015	? Taxa de utilização de contraceptivos ? Prevalência de HIV em mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos de idade
Regeneração e sustentabilidade ambiental	Implantar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005 para reverter a perda de recursos ambientais até 2015	? População com acesso a água potável; ? Percentagem de floresta em relação à superfície total; ? Áreas protegidas (em % do território nacional) ? PIB produzido por unidade de energia consumida; ? Emissões de dióxido de carbono per capita;

III. A luta contra a pobreza em S. Tomé e Príncipe

ii. Opções estratégicas governamentais

Nos documentos de estratégia elaborados pelas autoridades de São Tomé e Príncipe não nos parece que seja realmente assumida a prioridade de uma estratégia que considere a luta contra a pobreza como o motor do desenvolvimento.

Creemos que se opta por uma estratégia de desenvolvimento de todos os sectores com uma definição de prioridades feita de uma forma geral (MNE/STP,2000), pág21:

Máxima prioridade: ? a agricultura;
 ? as infra estruturas produtivas
 ? a educação

? a saúde

? o reforço das capacidades de gestão pública (reforma administrativa, gestão económica e financeira e justiça)

Segunda prioridade: ? transportes rodoviários, portuários e aéreos e comunicações

? energia

A prioridade das medidas para a sua implementação não são reflectidas dentro de cada área, fazendo antes uma listagem de acções muito diferentes e sem nenhuma hierarquia de execução (págs.23,24). A execução efectiva de todas as medidas constantes dessa listagem era suficiente, na nossa opinião, para que todo o país tivesse uma modificação muito positiva nos seus indicadores. Curiosamente nas fichas de políticas sectoriais no Anexo 3 do mesmo documento essas listagens são apresentadas “por ordem de prioridades”.

Partindo de uma evolução histórica de modelos de desenvolvimento passando do colonialista (até 1975), socialista (entre 1975 e 1985), liberal com as medidas tipo dos programas de ajustamento estrutural do BM e FMI e eleições pluripartidárias em 1991 (após 1985), o país define uma estratégia de desenvolvimento a médio prazo com quatro eixos principais (MNE/STP, 2000a, pág.29):

- ? a estabilização financeira e a recuperação dos grandes equilíbrios
- ? o fomento do sector privado e a diversificação das actividades produtivas
- ? o melhoramento da eficácia das políticas sociais
- ? a reforma das instituições públicas e o reforço das capacidades

O FMI sintetiza estas opções afirmando que *“a estratégia de redução da pobreza está centrada na consolidação dum ambiente macro económico estável, implementação de reformas estruturais que possam levar a um crescimento económico liderado pelo sector privado, à criação de emprego e conseqüentemente à redução da pobreza.”*⁴.

Essa organização considera necessário que o Governo de São Tomé e Príncipe reforce a sua política de combate à pobreza em particular no alargamento de processos de participação, reforço institucional na educação e saúde, e nos mecanismos que asseguram que os recursos externos chegam aos pobres.

O Banco Mundial no Country Assistance Strategy a S. Tomé e Príncipe resume igualmente a estratégia que o país apresenta em três pontos:

1. Desenvolver capacidade institucional para modernizar a economia, incluindo a gestão dos recursos do petróleo.

⁴ FMI, 2000^a, tradução nossa.

2. Desenvolver o sector privado e a diversificação da economia para assegurar o crescimento do Produto Interno Bruto, do rendimento per capita e a redução da pobreza.
3. Desenvolver os recursos humanos.

As “Opções estratégicas até ao ano 2005” apresentadas pelo país na Mesa Redonda de doadores em Genebra em Outubro de 2000, têm a mesma perspectiva de medidas de desenvolvimento ao nível macroeconómico e sectorial sem prevalência da prioridade à luta contra a pobreza.⁵ O Anexo 1 desse documento é elucidativo. Aí se procura fazer a articulação entre o “Quadro Estratégico e Médio Prazo & Directivas de luta contra a pobreza”.

Apresenta-se um resumo desse quadro pois julgamos que esta estratégia irá condicionar fortemente os debates sobre a cooperação com Portugal por parte do governo de S. Tomé e Príncipe:

Objectivos da luta contra a pobreza	Medidas ao nível macroeconómico e sectorial
Crescimento económico forte duradouro e equitativo	Promoção do sector privado e diversificação da produção <i>(Agricultura/Pecuária/Pescas, Serviços turismo, Serviços construção civil, Indústria, Legislação, Infra estruturas de energia, transportes, telecomunicações)</i>
	Estabilização financeira e recuperação dos equilíbrios macroeconómicos <i>(Política monetária, Orçamento, Finanças Públicas, Câmbio, Dívida Pública, Política externa, Política de emprego, Formação profissional)</i>
	Medidas de luta contra a pobreza extrema <i>(Melhor orientação de acções para mulheres, Melhor acesso dos pobres às infra – estruturas sócio-económicas, Protecção social para grupos estruturalmente vulneráveis)</i>
Desenvolver o capital humano	Melhoria da eficácia dos serviços sociais de base <i>(Educação, Saúde, Água potável e Saneamento, Habitação rural e auto</i>

⁵ Aliás o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. Rafael Branco, ordenador nacional, confirmou plenamente esta opção do país ao afirmar em reunião com a missão do ICP em Maio 2001, que a Luta contra a pobreza como prioridade era um “modismo” como já tinha havido outros na comunidade internacional e que ele via a cooperação “como desenvolvimento”.

	<i>construção)</i>
Boa governação	Reforma das instituições públicas e reforço das capacidades (<i>Gestão do desenvolvimento, Coordenação da ajuda</i>)
	Reforma das instituições públicas e reforço das capacidades (<i>Reforma administrativa, Descentralização, Instauração de trâmites participativos</i>)

O país preparou, em 2000, um documento provisório⁶ de estratégia para combater a pobreza onde se parte de três determinantes da pobreza – falta de empregos e oportunidades e portanto de rendimentos; políticas e governação inadequadas; deterioração dos indicadores sociais - para procurar melhorar o acesso e as infra estruturas de educação, saúde e reforço das instituições de base; aumentar o acesso a activos produtivos; promover a criação de empregos privados e apoiar as actividades geradoras de rendimento.

Mas mesmo nesse documento a matriz de acções e medidas de políticas continua a ter um conjunto de áreas e objectivos, abrangendo todos os sectores da vida nacional, sem estabelecer prioridades a partir da luta contra a pobreza. Isso a par de políticas expressamente dirigidas aos pobres como o “melhor acesso a educação e formação profissional para os pobres e mulheres”, “aumento do acesso dos pobres à saúde primária, água potável, saneamento e nível de nutrição”, “desenvolver o ambiente legal, social e cultural a favor dos pobres”, “analisar a evolução da pobreza, desigualdade e vulnerabilidade”.

Com um índice de Gini médio de 0,49 o país tem uma desigualdade relativamente alta; maior por exemplo que a Costa do Marfim, Gana, Chade, Benim. O perfil da pobreza de 2000 considera 53,8 % pobres (45% em meio urbano e 65% em rural) e 15,1 % de muito pobres (22% em meio rural e 9,5 % em urbano), com famílias de 6,43 pessoas nos muito pobres e 5,35 nos pobres. A região Centro é aquela que dá um contributo absoluto maior para a pobreza dada a concentração da população.

Os grupos vulneráveis são identificados como sendo : as famílias de trabalhadores das plantações que não puderam beneficiar da privatização de terras; as famílias cujo chefe é uma mulher e que receberam pouca ou nenhuma terra no processo já referido; os idosos isolados. O PNUD(1998) apresenta como grupos vulneráveis os

assalariados agrícolas, os funcionários públicos dos escalões mais baixos, os pescadores e comerciantes de peixe, famílias cujo chefe seja uma mulher e idosos que vivam isolados.

Salientam ainda os documentos consultados que existe um conjunto de famílias que têm vindo a migrar para as zonas periféricas das cidades, constituindo um conjunto de pessoas de baixas qualificações, para outra actividade que não seja a agricultura, e com poucas perspectivas de emprego.

Nesse documento os objectivos para o desenvolvimento humano são melhorar o acesso dos pobres à educação e formação profissional, serviços base de saúde e nutrição, remédios essenciais, água potável e saneamento.

Para suportar o programa de desenvolvimento referido no ponto anterior o governo são-tomense solicitou fundos e assistência técnica ao FMI, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, PNUD, União Europeia, FIDA, França, Noruega, Portugal e a outras organizações multilaterais, considerando que os donativos são cerca de três quartos do financiamento externo necessário.

Também solicitou e obteve que o país fosse considerado como candidato à iniciativa de perdão da dívida multilateral HIPC.

Desenvolveu também acções junto de financiadores bilaterais para reescalamento da sua dívida externa.

As referências que encontramos na documentação consultada afirmam que a capacidade de coordenação governamental é fraca e que o PNUD procura desenvolver contactos com os parceiros multilaterais e bilaterais principais de forma a poder coordenar as acções desenvolvidas.

A análise da Balança de Pagamentos diz-nos que o Orçamento do Estado é financiado por fundos externos e que só a partir de 1999 os rendimentos do petróleo vieram dar algum peso aos fundos nacionais na vida do país.

Da cooperação multilateral saliente-se os projectos com a UNICEF, o BAD e a OIT. Os dois primeiros respeitam o acompanhamento e estudo da pobreza no país e podem fornecer importantes elementos para outras organizações. Os resultados aos inquéritos de indicadores múltiplos da UNICEF estão em processo de apuramento. A componente multilateral do PREP, executada pela OIT, com financiamento do MTS de Portugal, pretende desenvolver a formação profissional e as redes de protecção social.

⁶ O calendário prevê que em Dezembro 2001 esteja elaborado o documento definitivo.

A estratégia do país está contida no documento “Plano de acções prioritárias (PAP) 2000-2002” de Outubro de 2000. Aí se afirma que “o PAP é indissociável da execução de um Programa de ajustamento estrutural apoiado pelo FMI e pelos outros parceiros de desenvolvimento”.

Esse mesmo documento inclui fichas de políticas sectoriais onde se listam as acções prioritárias 2000-2002 para a indústria, artesanato, comércio e serviços viradas para a revisão da legislação existente (código de investimentos, textos relativos à propriedade, direito das empresas, direito comercial, estudos sobre o sistema financeiro). Essas fichas, bem como as do turismo, dos transportes, das telecomunicações, etc., têm todas uma orientação para o desenvolvimento do sector privado coerente com os princípios da estratégia do país.

Os objectivos macro económicos do país para 2000-2002 são baixar a inflação cerca de 3 % e limitar o défice externo. Mas reconhece-se como primeiro objectivo para a luta contra a pobreza, a manutenção da estabilidade macro económica. E esta requer um exercício de política fiscal, política de emprego e política monetária prudente.

As pescas têm uma incidência específica sobre a pobreza uma vez que a presença de 2300 pescadores artesanais de 40 comunidades faz com que a apanha de peixe e a sua secagem e a salga constituam um suporte importante para um número apreciável de famílias. O fornecimento de motores a esses pescadores em anos mais recentes tem saturado o mercado e baixado o preço de venda.

Conclusões

1. O futuro previsível (ou os efeitos da “era do petróleo”)

São Tomé e Príncipe é um país insular pobre que se encontra num processo de curto/médio prazo de aumento das suas receitas por via da produção de petróleo.

Para se poderem traçar cenários prospectivos do que irá suceder à sociedade santomense nesse processo e de qual o papel da cooperação portuguesa nesse contexto seria necessário ter estudos e reflexões sobre a matriz identitária dos seus habitantes, do padrão de Bem Estar a que aspiram, das contradições existentes entre os vários grupos sociais, na natureza específica do seu Estado e Sociedade Civil.

Não conhecemos tais estudos.

O calendário apertado para a realização deste trabalho só permitiu uma pequena troca de ideias com alguns colegas de investigação sobre o tema da “alma santomense”.

Essa troca de ideias de que se faz um pequeno texto no Anexo 4, permitem-nos concluir que é uma incógnita o que vai suceder, e colocar dois cenários genéricos:

1º. Distribuição dos recursos com políticas económicas e sociais direccionadas para todos os níveis da pirâmide social.

2º. Distribuição a partir do topo da pirâmide social, e geograficamente, a partir dos espaços urbanos para os rurais.

No primeiro caso é de prever que a coesão social se reforce e que o papel da cooperação seja de dar capacidade institucional a uma gestão ou governação direccionada para uma execução que reforce essa coesão, especialmente em relação aos grupos vulneráveis e mais longe dos centros de poder.

No segundo caso são de prever crescimento das desigualdades, distúrbios sociais sobretudo nas cidades, aumento da concentração urbana e do deslocamento da pobreza rural para a pobreza urbana. O papel da cooperação seria de prevenir esses distúrbios tentando que as autoridades nacionais aplicassem o primeiro cenário.

2.A cooperação na luta contra a pobreza

A cooperação portuguesa em STP não está especialmente direccionada para a luta contra a pobreza. Pensamos que é uma cooperação que corresponde ao actual tipo de estratégia de desenvolvimento das autoridades de S. Tomé e Príncipe, procurando reforçar as instituições estatais do país, de acordo com as próprias áreas da orgânica do Estado português.

A transformação dessa cooperação num modelo coerente com o actual consenso internacional sobre desenvolvimento do Bem Estar e combate à pobreza, passa pela definição de prioridades (Agricultura, Educação, Saúde e Protecção Social), dos eixos centrais transversais (Luta contra a Pobreza e Reforço Institucional) e sobretudo da passagem destas definições teóricas a medidas, objectivos e metas operacionais da cooperação. Passa também necessariamente por um período de transição entre a cooperação feita actualmente e a cooperação que se pretende.

3. Os futuros pobres em STP

Pela análise feita julgamos que STP tem vindo a realizar um processo de transformação da propriedade da terra que, contrariamente ao sucedido noutros países em momentos históricos muito diferentes, tem tido poucos conflitos sociais. É uma situação que deveria ser estudada mais em profundidade por investigadores sociais. Mas ignoramos se esses estudos estão ou não em curso.

Esse processo já está a gerar uma população tendencialmente pobre. Ou seja pessoas que eram assalariados rurais e a quem não foram distribuídas terras, ou a quem foram distribuídas terra mas que não conseguiram explorá-las rentavelmente. Essas pessoas estão a deslocar-se para junto dos centros urbanos em especial a capital, onde vão constituir, à escala do país, um grupo vulnerável que deverá ser objecto de políticas direccionadas para a sua inclusão social e bem estar.

Outro processo em curso é o afastamento da função pública de um conjunto de funcionários. Esse processo também originou noutros países um efeito de criar um grupo vulnerável, não tanto pela perda do salário público (em geral baixo e recebido com muito atraso) mas sim pela queda no estatuto simbólico daquele que é afastado compulsivamente de um lugar considerado de prestígio social. Tal perda de estatuto social tem também consequências económicas que levam essas pessoas a integrarem o grupo dos pobres, apesar desses processos serem hoje acompanhados de formação, micro financiamento, distribuição de ferramentas, etc..

ANEXO 1

PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO⁷

por

Brígida Rocha Brito⁸**1. Os Pequenos Estados Insulares**

As Organizações Internacionais têm valorizado, nos seus estudos, a análise sobre as realidades insulares, nomeadamente a ONU através de agências especializadas tais como a UNESCO, o PNUD, o Fórum para os Estados Insulares, a UNCTAD; a União Europeia e o Banco Mundial. Apesar de os Estados Insulares se distribuírem por todo o globo, a maioria dos estudos centra-se em países do Pacífico e das Caraíbas.

Os Pequenos Estados Insulares (PEI)⁹ são, vulgarmente, conhecidos pelo Ocidente pela sua beleza, pela diversidade de culturas, pela riqueza natural do meio ambiente no que respeita à fauna e à flora; equacionados com locais paradisíacos e aparentemente, auto sustentáveis. No entanto, distinguem-se pelas diferenças e especificidades biofísicas, sócio culturais e económicas. As tentativas de desenvolvimento têm sido limitadas por aspectos estruturais característicos e comuns à maioria destes estados, tais como a limitação de recursos naturais, a fragilidade dos ecossistemas, a vulnerabilidade a catástrofes naturais, a ameaça de perda e erosão de terra provocada por mudanças climáticas. Por outro lado, a pequena dimensão populacional agravada por uma baixa proporção de população activa, a estrutura e a mobilidade da população originam desequilíbrios no que respeita aos índices produtivos e, conseqüentemente, aos rendimentos.

2. Principais Características dos Pequenos Estados Insulares

Os Pequenos Estados Insulares apresentam um conjunto de traços característicos comuns, independentemente da região geográfica em que estejam inseridos, e que são tendentes à limitação do processo de desenvolvimento. Por esta razão, são vulgarmente denominados pelos Organismos Internacionais por Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID).

As pequenas economias insulares têm sido condicionadas por um conjunto de constrangimentos, particularmente, ligados à insularidade e à dimensão. Assim os constrangimentos inerentes aos PEID podem ser caracterizados a partir da seguinte tipologia (Estevão; 1999):

⁷ O Texto *Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento* é uma sistematização de informações e documentos referenciados na Bibliografia Consultada.

⁸ Docente da Universidade Autónoma de Lisboa e Doutoranda em Estudos Africanos (ISCTE).

⁹ Os Pequenos Estados Insulares compreendem os Estados Membros da ONU e das suas agências especializadas. Assim, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Bahrein, Barbados, Cabo Verde, Comores, Ilhas de Cook, Cuba, Chipre, Domínica, República Dominicana, Fiji, Granada, Haiti, Jamaica, Kiribati, Maldivas, Malta, Ilhas Marshall, Maurítânia, Micronésia, Nauru, Niue, Antilhas Holandesas, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Singapura, Ilhas Salomão, Saint Kitts, Nevis, Santa Lucía, São Vicente e Granadinas, Tokelau, Tonga, Trinidad y Tobago, Tuvalu, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu.

A. **Condição de Insularidade** (Existem *Estados Monoinsulares*, que são praticamente inexistentes nas regiões tropicais, ou *Estados Arquipelágicos*, a maioria das economias insulares tropicais)

A1. Fragilidade dos ecossistemas e vulnerabilidade a catástrofes naturais;

A2. Elevação dos custos originada pela distância e pela dependência relativamente ao exterior;

A3. Fragilidade de comunicações, precariedade da rede de transportes bem como da sua frequência;

A4. Progressivo isolamento;

A5. Ausência de base produtiva anterior à independência;

A6. Ausência de um espaço económico regional dinâmico.

B. Dimensão

B1. Reduzida diversificação de produção e concentração num número reduzido de produtos;

B2. Reduzida dimensão do mercado interno e ausência de economias de dimensão adequada para a produção;

B3. Custos elevados dos investimentos em infraestruturas básicas (ensino, educação, saneamento, construção);

B4. Dimensão do comércio internacional (necessidade de inserção no mercado internacional para importação de bens não produzidos internamente e para exportação de bens produzidos).

Os traços característicos são entendidos como problemas estruturais comuns que tornam os PEID frágeis e vulneráveis, ameaçados por fenómenos naturais, pela distância relativamente aos principais circuitos comerciais e financeiros bem como pela própria dimensão. Assim, o seu desenvolvimento encontra-se condicionado por limitações referentes à disponibilidade de terra, de água doce e de recursos vários que promovem elevados índices de importação de bens de consumo e de fontes de energia. A terra, a água, os bosques e os recursos marinhos sofrem a pressão da intensa competitividade entre o uso agrícola e as actividades relacionadas com o turismo e com o sector industrial mas também com a alta densidade populacional, as catástrofes naturais, as práticas inapropriadas de extracção e de contaminação.

A produção agrícola nos PEID está orientada principalmente para a obtenção de produtos destinados ao auto consumo (raízes, legumes, hortaliças) bem como produtos destinados ao mercado de exportação tradicional (banana, açúcar, coco, café, cacau) enquanto que a criação de animais se realiza exclusivamente para auto consumo. As principais limitações da produção agrícola são, entre outras, o elevado custo e a limitada disponibilidade de mão de obra, a ausência de programas eficazes de vigilância e controle de pragas bem como a falta de práticas adequadas de conservação e armazenagem após a colheita mas também de transformação.

Os pequenos estados insulares são, caracteristicamente, vulneráveis e encontram-se submetidos a situações de risco como consequência da degradação da terra resultante de um conjunto de factores tais como, a desflorestação, o monocultivo para exportação e a erosão em larga escala. As consequências mais directas são a diminuição da produtividade potencial, a degradação dos recursos marinhos, particularmente, dos recifes de coral, a contaminação dos solos e da água bem como a perda de ecossistemas terrestres e marítimos. A degradação ambiental tem efeitos negativos no crescimento económico mediante bloqueios nos sectores produtivos tradicionais bem como no turismo.

As catástrofes naturais, os condicionalismos meteorológicos, as pragas, a degradação ambiental e as práticas inapropriadas afectam qualquer programa agrícola e de desenvolvimento rural sustentável. Para que este seja viável, os sistemas diversificados e integrados de produção e cultivo contribuem para a estabilização do ecossistema e para o aumento da produção local de alimentos bem como para a

melhoria da viabilidade das exportações no contexto dos acordos preferenciais para os produtos dos PEID no mercado mundial.

Os Estados Insulares confrontam-se, ainda, com problemas como a erosão das praias devida à extracção de areia e de coral, à regressão da linha costeira, à degradação do meio e à contaminação marinha provocadas pelo desenvolvimento; à incapacidade de gestão pesqueira nas zonas económicas exclusivas que, em muitos casos, são 100 vezes mais extensas do que os territórios¹⁰.

Muitos dos PEID sofrem de um grave problema de escassez de água doce e potável, não dispondo de capacidades para o solucionar. Nos casos em que dispõem de quantidades limitadas de águas superficiais e subterrâneas, sobretudo em ilhas vulcânicas e em atóis, a crescente urbanização bem como o incremento do turismo provocam um aumento da procura destes recursos agravada pela contaminação da oferta. Por outro lado, os Estados Insulares são particularmente vulneráveis a situações de secas, de ausência de chuvas e de infiltração de água salgada. Assim, a organização e gestão de serviços de abastecimento de água e de saneamento básico em territórios insulares é tecnicamente difícil e economicamente dispendiosa tornando-se inviável.

Os PEID têm dificuldades em reciclar detritos lançados para o meio ambiente devido à falta de terrenos disponíveis bem como de capacidade técnica e financeira. Este problema é profundamente agravado pela acção conjunta da população em contínuo crescimento e do incremento da actividade turística. As instalações de tratamento de águas residuais funcionam inadequadamente havendo a necessidade de descarregar os detritos para o mar, sendo várias as consequências negativas que daí advêm. Ao contrário do esperado, as novas normas não serviram para melhorar esta situação visto os governos destes estados não disporem quer de pessoal técnico qualificado quer de recursos necessários. Apesar deste facto, em algumas pequenas ilhas, o sector privado iniciou um processo de participação activa na reciclagem de materiais como o plástico, os metais, o papel e os detritos do petróleo.

Nos PEID com rendimentos mais elevados e um PIB per capita¹¹ superior a 6000 USD a agricultura desempenha um papel relativamente pequeno na economia, contribuindo com menos de 10% para o PIB e empregando menos de 20% da população activa. Estes são os casos de Antígua e Barbuda, Bahamas, Bahrein, Barbados, Chipre, Malta, Saint Kitts e Nevis e Seychelles. No extremo oposto encontram-se países, denominados como, *menos desenvolvidos* com rendimentos inferiores a 1500 USD e dependentes da agricultura para a obtenção de 50% do PIB e, empregando este sector cerca de 75% da população activa. Estes são os casos de Cabo Verde, Comores, Haiti, Ilhas Salomão, Maldivas, Samoa, São Tomé e Príncipe e Vanuatu.

A maioria dos PEID são, individualmente, importadores agrícolas líquidos e, em conjunto, são exportadores líquidos e as explorações agrícolas tendem a estar concentradas num pequeno número de produtos e de mercados. Apesar do sistema comercial internacional não ter dado nenhum tratamento particular aos PEID considerados como grupo, a maioria recebeu um tratamento preferencial em mercados dos principais países desenvolvidos para alguns produtos básicos seleccionados mediante acordos especiais como a Convenção de Lomé.

Nos PEID o sector agrícola abarca:

1. um grande número de pequenos agricultores tradicionais que praticam o cultivo misto, na sua maior parte, destinado ao consumo doméstico com acesso muito limitado a fontes oficiais de crédito,
2. um número reduzido de pequenas explorações agrícolas orientadas para o comércio, com acesso fácil a fontes de crédito,

¹⁰ No total, as zonas económicas exclusivas dos PEID representam aproximadamente um sexto da superfície do planeta; a melhoria da gestão da pesca contribuiria significativamente para a redução dos recursos piscatórios comerciais de todo o mundo que é, actualmente, de 60%.

¹¹ PIB per capita é o Produto Interno Bruto per capita.

3. um pequeno número de grandes explorações agrícolas comerciais com fácil acesso a crédito comercial, que dominam o sector agrícola e representam uma grande proporção de cultivos de exportação tradicional,

4. um pequeno número de grandes granjas não exploradas actualmente.

A disponibilidade de mão de obra agrícola é uma limitação constante que se explica por um conjunto de factores tais como a emigração de grande parte da população masculina jovem de muitos PEID, as oportunidades de emprego alternativas e de maiores ingressos na agricultura comercial, as zonas urbanas e o turismo. Como consequência, a percentagem de famílias dirigidas por mulheres aumentou.

No que respeita à criação de gado, apesar da maioria dos pequenos proprietários possuir porcos e aves, são raros os sistemas de exploração com orientação comercial. O isolamento geográfico e os correspondentes e elevados custos de transporte afectam as possibilidades as possibilidades financeiras das empresas que dependam de importações. Neste sentido, os principais obstáculos são a nutrição inadequada, serviços de saneamento animal ineficazes, elevado custos e deficiente gestão das empresas.

O sistema de comercialização interna, no geral, baseia-se em mecanismos não institucionalizados formados por intermediários privados e está pouco desenvolvido. É difícil estabelecer sistemas de comercialização eficientes devido à distância das explorações agrícolas, da limitação de infra-estruturas e dos elevados custos de transporte, da falta de investimentos em investigação de mercados bem como de sistemas rudimentares de informação do mercado. Neste sentido, tanto os produtores como os exportadores têm um conhecimento limitado do mercado; os produtores e exportadores de pequenos volumes não têm acesso à economia de escala nem à capacidade de negociação que possuem os grandes empresários.

Outros obstáculos que é necessário superar para promover as exportações são o elevado custo e a limitada disponibilidade de sistemas de transporte aéreo e marítimo, a falta de instalações adequadas de manipulação para os produtos frescos e serviços de transporte inadequados para os produtos não tradicionais. Muitos PEID dispõem de juntas de comercialização que são as autoridades legais de comercialização que, em geral, se ocupam de gerar rendimentos a partir das actividades comerciais relacionadas com a exportação de produtos agrícolas.

As pequenas ilhas preparam-se para as tendências da mundialização que ameaçam alterar, de forma profunda, a economia. O processo de liberalização do comércio internacional faz antever o fim das preferências comerciais especiais que lhes permitem exportar os produtos agrícolas tradicionais para os países desenvolvidos, a preços protegidos. Sem essas preferências comerciais, os exportadores dos PEID têm poucas possibilidades de comercializar os seus produtos, no mercado agrícola internacional, competindo com as exportações de larga escala de outros países. Isto significa que apesar de a maioria dos PEID não ter vantagens comparativas na generalidade dos produtos agrícolas, vários demonstraram ter uma vantagem comparativa em certos produtos – 9 PEID são exportadores agrícolas líquidos, Belize, Cuba, Fiji, Guiana, Maurícias, Papua Nova Guiné, São Vicente, Ilhas Granadinas, Ilhas Salomão e Vanuatu. De qualquer forma, os PEID são países potencialmente vulneráveis às flutuações do mercado internacional porque as suas exportações agrícolas estão dependentes de um limitado número de produtos que se vendem a um número reduzido de mercados.

Do ponto de vista económico, os PEID são países fundamentalmente agrícolas e a principal fonte de receitas são as exportações. Assim, são países exportadores líquidos de produtos agrícolas, tendendo a concentrar-se num pequeno número de produtos e de mercados dependendo, na maioria dos casos, de acordos preferenciais de mercado. Estes são os casos dos benefícios conseguidos com a Convenção de Lomé¹². Recentes

¹² As Convenções de Lomé prevêm acordos entre a União Europeia e as países ACP, ou seja, países da África, Caraíbas e Pacífico.

estudos realizados pela UNCTAD¹³ e pela FAO¹⁴ revelaram que os benefícios derivados dos diferentes sistemas comerciais preferenciais estão concentrados em poucos países e num reduzido número de produtos e, no caso de serem beneficiários, os PEID não aproveitaram as possibilidades de que dispunham. Ainda que, na generalidade dos casos, os PEID não tenham vantagens comparativas claras no que respeita à produção agrícola, alguns dispõem de tratamento preferencial no que respeita a produtos concretos e específicos.

Enquanto que entre 1985 e 1995, o valor das exportações agrícolas dos PEID cresceu de forma pouco significativa, as importações duplicaram. Os preços reais da maioria dos produtos exportados diminuíram durante a década de 80 estabilizando em 1990.

As recentes directrizes da Organização Mundial do Comércio¹⁵ (OMC) são no sentido de que algumas das preferências comerciais de que são beneficiárias algumas ilhas violam os acordos de comércio livre e ameaçam a capacidade comercial das pequenas ilhas bem como de adaptação das economias insulares, promovendo, eventualmente, um retrocesso económico.

A integração dos PEID na economia mundial é especialmente difícil devido a um conjunto de obstáculos tais como:

- serem constituídos por uma população reduzida que impede a criação de economias de escala tornando particularmente difícil a especialização da mão de obra,
- a emigração de pessoal qualificado, que se traduz numa elevada dependência de capital estrangeiro e de ajuda externa,
- a existência de um sector monetário de pequena dimensão caracterizado por investimentos privados locais que se limitam a actividades com riscos controlados tais como o comércio e os serviços,
- uma pesada carga do sector público que se confronta com uma limitada capacidade nacional para gerar rendimentos e que depende de fontes como direitos de importação, direitos de pesca e remessas enviadas por migrantes nacionais que trabalham no estrangeiro,
- uma limitada base de recursos que cria uma dependência de importações de bens de consumo e de capital,
- exportações que se limitam a produtos primários da agricultura, silvicultura, pesca e minério que estão submetidos a consideráveis flutuações no que respeita à produção e aos preços.

A dependência do mundo exterior encarece o custo de vida e a actividade comercial das ilhas dificultando a competitividade dos produtores agrícolas relativamente aos dos outros países cujos custos de produção são mais baixos. A dependência sente-se, principalmente, ao nível da importação de recursos energéticos como o petróleo para a satisfação das necessidades de energia para fins comerciais, originada pelo excessivo consumo de lenha, em particular, nas zonas rurais que promoveram processos de deflorestação. No que respeita à disponibilidade de recursos energéticos verificaram-se poucos ou nenhuns progressos – em algumas pequenas ilhas verificou-se um aumento da utilização de fontes de energia renováveis, em especial sistemas de energia solar em

¹³ UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) ou CNUCED – Conferências das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

¹⁴ FAO (Food and Agricultural Organization of the United Nations). Os membros da FAO pertencentes à Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) são Antigua e Barbuda, Bahamas, Bahrein, Barbados, Belize, Cabo Verde, Comores, Cuba, Chipre, Domínica, Fiji, Granada, Guiana, Ilhas de Cook, Ilhas Salomão, Ilhas Seychelles, Jamaica, Maldivas, Malta, Maurícias, Papua Nova Guiné, Saint Kitts e Nevis, Samoa, São Vicente e as Ilhas Granadinas, Santa Lucía, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tonga, Trinidad e Tobago e Vanuatu.

¹⁵ Vinte e quatro PEID são membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), quatro têm o estatuto de observadores e solicitaram a adesão e Cabo Verde tem estatuto de observador apesar de não ter solicitado aderir à organização.

zonas rurais, de âmbito comercial, graças a importantes subsídios governamentais ou de organismos doadores.

Em muitas pequenas ilhas, o turismo é um dos pilares da economia enquanto fonte de rendimentos públicos e privados, representando em muitos casos mais do que um terço do PNB¹⁶ e sendo entendido como promotor de rápido crescimento. Apesar da importância do sector, sem uma boa gestão o turismo pode ser prejudicial para o meio ambiente natural bem como para a especificidade cultural, entendidos como os principais atractivos turísticos. Entre os efeitos negativos do turismo estão a contaminação marinha originada pelas águas residuais dos hotéis e das embarcações, a degradação das zonas costeiras, a repercussão negativa na água potável e nas culturas agrícolas locais e uma fuga substancial dos benefícios que são repatriados para os investidores estrangeiros em vez de serem retidos por empresários locais. Em várias ilhas pequenas, como as Maurícias, as Maldivas e as Antilhas Holandesas, foram adoptados planos mestres e regulamentos para o sector turístico bem como se procederam a avaliações dos efeitos da actividade no meio ambiente. Da mesma forma, um conjunto de países das Caraíbas promoveram uma estratégia conjunta de turismo sustentável.

O transporte e as comunicações representam um dos principais mecanismos promotores de relacionamento entre os PEID e o mundo exterior, procurando fazer face à distância e ao isolamento, apesar dos custos elevados e da limitação das opções para muitas das ilhas. A acção dos monopólios, tanto públicos como privados, que com frequência pertencem a companhias estrangeiras resultou num elevado custo dos serviços de telecomunicações. Da mesma forma, a qualidade e a frequência dos serviços marítimos e aéreos internacionais escapam ao controle dos estados nacionais. Desde 1994, da Conferência de Barbados, 32 PEID melhoraram a densidade da rede telefónica, o que significa que o número de linhas telefónicas por mil habitantes aumentaram. Assim, com a excepção de Niue e de Tuvalu, todos os PEID dispõem de ligações à Internet, se bem que a maioria só tenha acesso através das instituições governamentais e das grandes organizações privadas.

3. Estratégias e Linhas de Acção

Actualmente, os PEID procuram oportunidades de diversificação da economia, especialmente no respeitante ao sector agrícola a fim de produzirem culturas comercializáveis no mercado internacional, incrementar a entrada de divisas, manter a importante base agrícola, incentivar a segurança e auto-suficiência alimentar mediante a exploração racional e sustentável de recursos, impedindo o aumento do desemprego. Neste sentido, devem estabelecer prioridades entre as necessidades existentes centrando esforços no desenvolvimento de estratégias para a diversificação e a intensificação da agricultura. Nestes países, as melhorias que se obtenham no sector comercial, de transportes, de comunicações, de recursos humanos, de entradas financeiras e sua estabilização bem como de incremento de exportações aumentam a segurança alimentar.

As estratégias de diversificação deverão orientar-se para a planificação e ordenação integradas dos recursos de terras para a agricultura, a introdução e difusão de culturas não tradicionais tanto para consumo como para exportação e a intensificação da produção agrícola através de uma melhor produção local de material de plantação, a ordenação integrada de culturas e pragas e a utilização de técnicas baratas de regas e recolha de água.

Segundo a FAO, deve procurar-se a ordenação integrada de recursos naturais mediante planos de ordenação integrada de terras e de água aproveitando os conhecimentos das culturas locais. Da mesma forma, deverá evitar-se a degradação do habitat natural e de recursos marinhos mediante o estabelecimento de reservas marinhas

¹⁶ PNB é o Produto Nacional Bruto.

e de uma prudente ordenação de recursos. Para satisfazer uma crescente procura de fontes energéticas, podem explorar-se energias renováveis existentes nos PEID, mediante o desenvolvimento de tecnologias economicamente viáveis.

Sistemas de produção de árvores, cultivo de terras e pastagens e práticas de exploração agrícola integradas podem contribuir para a estabilização da saúde do ecossistema natural e para a produção local de alimentos, melhorando a viabilidade das exportações. Por outro lado, os sistemas de produção ecológicos pressupõem a produção integrada de cultivos, a agrosilvicultura, e a agricultura orgânica.

Anteriormente à Conferência de Barbados¹⁷ e à elaboração do Programa de Acção, iniciaram-se importantes projectos de abastecimento de água e de saneamento nas ilhas das Caraíbas e do Pacífico. Após a Conferência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial apoiaram uma série de projectos destinados a melhorar o abastecimento de água e de saneamento, nomeadamente, em Cabo Verde. Da mesma forma, o Banco Asiático para o Desenvolvimento encontra-se a financiar a implementação de serviços de água potável na Micronésia e no Bahrein com a modernização da rede de distribuição.

Da Conferência resultou a elaboração de um Plano de Acção que serve de base para a realização de actividades de apoio ao desenvolvimento. As medidas e as políticas estão orientadas em particular para:

1. preparar os PEID para a participação em negociações comerciais multilaterais sobre a agricultura, sobre os efeitos no comércio agrícola e em futuros acordos comerciais regionais em que intervenham PEID no sistema do comércio internacional,
2. formular programas prioritários para a produção agrícola, a silvicultura e a pesca intensificada e sustentavelmente diversificada,
3. abordar os problemas relativos à ordenação dos recursos naturais e à protecção do meio ambiente.

Os PEID, como todos os países, tentam encontrar o equilíbrio apropriado entre o desenvolvimento económico e a protecção do meio ambiente – o denominado desenvolvimento sustentável. Contudo, devido à sua pequena dimensão, ao isolamento e à vulnerabilidade climática, que limitam as possibilidades, deparam com graves problemas. Algumas das dificuldades com que se deparam as pequenas ilhas têm um carácter mundial, tais como desastres naturais ambientais traduzíveis em mudanças climáticas¹⁸; o lançamento de detritos perigosos, principalmente, nas águas, requerendo, por esta razão, solução de nível mundial. Por outro lado, pela sua natureza insular caracterizada por superfície reduzida, a terra disponível para a produção agrícola é bastante escassa, situação agravada pela pressão demográfica.

A interdependência entre as funções económica e ambiental dos recursos naturais dos PEID e a sua pequena dimensão faz com que adquiram uma particular importância as interações entre a terra e o mar bem como entre os meios naturais e os humanos. O processo através do qual se adoptam medidas para a utilização, desenvolvimento e protecção dos recursos e do habitat costeiro bem como para alcançar os objectivos nacionais denomina-se *Ordenação Integrada de Zonas Costeiras (OIZC)*. A OIZC consiste na vinculação entre as diferentes actividades sectoriais para alcançar os objectivos mais completos – a incorporação da agricultura, da actividade florestal e da pesca permitindo quantificar os efeitos inter sectoriais, formular e coordenar intervenções adequadas de ordenação que permitam a interacção evitando conflitos de interesses entre os diferentes sectores e utilizadores de recursos naturais, especialmente no âmbito dos sectores primário e indústria turística em rápido crescimento.

¹⁷ Em 1994, as Nações Unidas promoveram a realização da *Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos PEID* em Barbados, com o objectivo de melhorar as condições económicas das pequenas ilhas.

¹⁸ Segundo o Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Mudanças Climáticas, a situação da subida as águas marinhas tende a agravar-se, prevendo-se uma elevação entre 15 e 95 centímetros até ao ano 2100.

Os PEID têm assinado tratados e acordos no sentido de exercer pressão sobre os governos de todo o mundo através da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), da qual fazem parte 40 estados membros¹⁹.

Para resolver problemas ambientais²⁰ locais, tais como a contaminação, a pressão demográfica e a ordenação e conservação de recursos naturais, são necessárias medidas a nível local e as pequenas ilhas iniciaram, individual e colectivamente, vários programas destinados a promover o desenvolvimento sustentável²¹. Em muitas ilhas, a diversidade biológica animal e vegetal encontra-se ameaçada pela pressão exercida conjuntamente pelo crescimento populacional, desenvolvimento económico, práticas turísticas e desastres ambientais. Assim, várias ilhas procuraram formular estratégias nacionais de diversidade biológica, fomentando estudos nacionais. No que respeita ao desenvolvimento florestal e dadas as suas particularidades, é necessário prever estratégias de longo prazo o que, por outro lado, aumenta os riscos no que respeita a alterações da procura, regulamentação jurídica bem como possíveis perdas causadas por catástrofes naturais, pragas e doenças. Estes riscos podem representar um desincentivo para a plantação de árvores e de ordenação florestal sustentável por parte do sector privado. Os sistemas agro florestais representam o principal recurso madeireiro e, nesse sentido, oferecem perspectivas prometedoras como sistema sustentável de aproveitamento de terra. A produção madeireira com valor acrescentado apresenta perspectivas favoráveis para a diversificação dos PEID.

Nos PEID o sector agrícola encontra-se, actualmente, em transição como consequência das alterações do mercado mundial, dos desequilíbrios comerciais, da busca de uma maior segurança alimentar e do aumento das populações humanas. A curto prazo, desejam aproveitar, na medida do possível, as oportunidades de comércio preferencial de que dispõem bem como a abertura dos mercados em consequência do Uruguay Round. A longo prazo, ambicionam concentrar esforços no aumento da sua capacidade competitiva de exportação de produtos agrícolas tradicionais com diversificação da produção com o objectivo da obtenção de outros produtos básicos ou de maior valor.

A exportação de alguns produtos alimentares básicos – frutas tropicais frescas de alto valor, frutas e hortaliças para determinados mercados no decorrer da estação do inverno nos países do norte e alimentos elaborados com valor acrescido – são de grande importância para os produtores e exportadores. Os PEID têm boas condições de produção de frutas e legumes frescos com a vantagem de alguns se situarem, do ponto de vista geográfico, perto de mercados como os EUA, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia.

É necessário desenvolver sistemas de produção sustentável. Tanto os produtos tradicionais como os novos deveriam ser cultivados sobre a base dos princípios de ordenação integrada de culturas e uma agricultura de conservação a fim de alcançar uma produção que seja sustentável e que não prejudique o meio ambiente. Para isso, a FAO propõe o seguinte conjunto de medidas:

1. o desenvolvimento de sistemas agro florestais sustentáveis para aumentar e diversificar a produção; melhorar a fertilidade do solo, impedindo a sua perda bem como a degradação ambiental; reduzir a dependência de rendimentos externos,

¹⁹ Os Estados Membros da AOSIS são Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cabo Verde, Comores, Cuba, Chipre, Domínica, Fiji, Granada, Guiana, Ilhas de Cook, Ilhas Salomão, Ilhas Seychelles, Jamaica, Maldivas, Malta, Maurícias, Papua Nova Guiné, Saint Kitts e Nevis, Samoa, São Vicente e as Ilhas Granadinas, Santa Lucía, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tonga, Trinidad e Tobago e Vanuatu

²⁰ As pequenas ilhas sofrem problemas agravados de carácter ambiental relacionados com a subida da temperatura (aquecimento) e do nível do mar, a erosão costeira com perda de praias e de regiões litorais devido à extracção de areia em grandes quantidades, a destruição de recifes de coral e a extinção de numerosas espécies vegetais e animais.

²¹ Apesar das intenções de promoção de desenvolvimento sustentável, as pequenas ilhas têm dificuldades em atingir os objectivos a que se propõem por limitação dos recursos disponíveis.

2. no âmbito dos sistemas agrícolas intensivos introduzir culturas de cobertura e hortaliças de breve duração para melhorar a fertilidade e a estrutura do solo, conservar a humidade, reduzir a proliferação de doenças e pragas, reduzir a dependência de produtos químicos e fertilizantes importados; diminuir a degradação ambiental e aumentar a disponibilidade de forragens verdes,

3. avaliação de problemas sócio económicos utilizando técnicas de investigação de sistemas agrícolas e o aproveitamento de informação nos ensaios sobre culturas; transmitir a tecnologia e conhecimentos técnicos à comunidade agrária utilizando o método de agricultor a agricultor,

4. concentrar a investigação em culturas arbóreas, novas culturas que podem introduzir-se; sistemas mistos de cultura perene, explorações de culturas múltiplas que utilizam sistemas agro florestais e criação de gado que melhore a produção mantendo a produtividade do solo.

De acordo com a FAO, os PEID deverão aproveitar de forma plena as oportunidades de tratamento preferencial no comércio internacional traduzida na abertura dos mercados com o Uruguay Round. A longo prazo deverão melhorar a posição competitiva das exportações agrícolas tradicionais, diversificando-as com introdução de outros produtos básicos bem como com outros de valor superior. Assim, beneficiarão de estudos exaustivos acerca das vantagens comparativas reais da produção e exportação de produtos agrícolas, com a diversificação da produção; estes estudos tomarão por base experiências anteriores com a identificação dos factores que bloquearam a competitividade.

A maioria dos PEID não dispõem de infraestrutura científica nacional e de pessoal local qualificado; ao contrário, verifica-se um êxodo intelectual com a saída e o não retorno de técnicos qualificados, certificados e academicamente diplomados. Tentando contrariar este movimento, diversos organismos e programas promovidos pelas Nações Unidas, tais como a UNESCO e o PNUD, têm procurado melhorar a capacidade científica e de desenvolvimento tecnológico nas regiões insulares.

A dificuldade de satisfação dos requisitos técnicos e científicos da população nacional dificulta a possibilidade de desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, os PEID alcançaram melhorias no desenvolvimento dos recursos humanos a um nível básico necessário para adquirir capacitação técnica especializada de gestão ambiental. É importante partilhar conhecimentos científicos e técnicos a nível regional, fortalecendo os centros regionais de investigação em diversas áreas, particularizando a marinha, a agrícola e a meteorológica. Os PEID deveriam elaborar planos de aproveitamento de terras e águas baseados na negociação de compensações recíprocas entre os diferentes sectores e utilizadores.

É possível fortalecer as instituições nacionais pondo em comum os recursos regionais para a compilação e análise da informação – centros coordenadores regionais para informação sobre o meio ambiente costeiro e marítimo; inventário sobre a flora, fauna e ecossistemas existentes; indicadores de sustentabilidade; mecanismos para partilha de informação e tecnologia entre as ilhas; cartografia de zonas vulneráveis; redes de comunicação para responder rapidamente a situações de emergência; avaliações completas a nível regional e subregional dos serviços meteorológico e hidrológico nacionais para determinar e especificar as necessidades em sectores específicos limitando as catástrofes.

Fontes Consultadas

ESTEVIÃO, João (2000) *Pequenos Estados Insulares*, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA)

<http://www.fao.org>

- Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Comité de Agricultura, Roma, 1999
- Consejo, Plan de Acción sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Roma, 1999
- Cuestiones de Comercio con que se enfrentan los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Roma, 1999
- La République Démocratique de Sao Tomé-et-Príncipe, Département des Pêches de la FAO
- Medio Ambiente y Recursos Naturales en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Roma, 1999
- Producción Sostenible, Intensificación y Diversificación de la Agricultura, la Actividad Forestal y la Pesca en los Pequeños Estados Insulares en desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Roma, 1999 <http://www.sidsnet.org>
- Pequeños Estados Insulares en Desarrollo <http://www.un.org>
- Comercio y Ayuda las Islas Pequeñas afrontan dificultades económicas, Crónica sobre las Islas Pequeñas, Nueva York, 1999
- List of Small Island Developing States, United Nations Sustainable Development
- Los Pequeños Estados Insulares cinco años después – Situación Actual, Nueva York, 1999
- Problemas en el Paraíso, Las Islas Pequeñas luchan por Preservar el Medio Ambiente, Crónica sobre las Islas Pequeñas, Nueva York, 1999
- Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas para revisar el Programa de Acción para los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Nueva York, 1999 <http://www.worldbank.org>

Listagem de PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

ÁFRICA	Cabo Verde Comores Maurícias São Tomé e Príncipe Seychelles
ÁSIA E PACÍFICO	Bahrein Ilhas de Cook Ilhas Fiji Ilhas Marshall Ilhas Salomão Kiribati Maldivas Micronesia Nauru Niue Palau Papua Nova Guiné Samoa Singapura Tokelau Tonga Tuvalu Vanuatu
EUROPA	Chipre Malta
AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	Antígua e Barbuda Antilhas Holandesas Aruba Bahamas Barbados Cuba Dominica Granada Haiti Ilhas Virgens Americanas Jamaica República Dominicana Santa Lucia São Vicente e Grenadines St. Kitts and Nevis Trinidad y Tobago

Fonte: www.un.org

ANEXO 2

Pequena nota sobre a identidade Santomense

(com contributo significativo de Nadia Jones, embora a responsabilidade do texto final seja de Carlos Sangreman)

A evolução prospectiva da sociedade de S. Tomé e Príncipe só é previsível se houver uma compreensão do cerne – da alma - da identidade colectiva do país.

Não é fácil discernir qual a matriz básica da pertença identitária dos habitantes de qualquer país.²²

Mas é essa matriz que o PNUD no seu Relatório do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe procura quando afirma:

“... a sua evolução histórica que, segundo parece, não foi um processo suficientemente longo, estável e progressivo para originar a homogeneidade e a solidez necessária à constituição de um verdadeiro sentimento de Nação” (página 3, tradução nossa do francês)

“Ao longo desse percurso histórico agitado, o arquipélago revela-se mais como um ponto de passagem ou de transito do que como um espaço de assentamento humano efectivo.”(pág.7)

“... uma sociedade na qual se pretende existir um Estado quando a ideia de Nação, ou mesmo de nacionalidade, tem ainda uma conotação muito vaga e difusa.”(pág. 8)

Outros autores procuram essa identidade na estrutura do modelo “Casa Grande e Sanzala” que existiu desde os primórdios da colonização das ilhas, primeiro com o ciclo da cana de açúcar, passando depois por um período de estagnação nos meados do século XVII até meados do Século XIX, servindo por estrutura de sustentação do comércio negreiro e após a abolição do tráfico em 1878, conheceu um novo apogeu com os ciclos do cacau e do café e finalmente uma agonia lenta desde dos anos 40 até à actualidade. Esse modelo assenta na autoridade de um senhor que exerce o seu poder com mão firme, sem concessões mas com um toque de humanidade, e é adoptado pelos filhos da terra e forros, serviçais e tongas, angolares e mestiços com diferentes contornos ligados ao passado e à sua relação com o poder colonizador.

Houve assim na história do país uma série de mudanças sempre impostas por estrangeiros, nas quais os nacionais são obrigados a participar, quer concordem quer não.

O refúgio numa identidade simbólica da magia, do segredo e da cumplicidade do parentesco não parece ter sido suficientemente forte para originar uma Nação.

Nos dias de hoje os Santomenses estão em vias de deixar pela primeira vez na sua história de ter necessidade de estrangeiros a mandar no seu chão.

O fim das roças e a riqueza do petróleo colocam os nacionais mais uma vez perante uma mudança, um novo ciclo (cana de açúcar – cacau – café – petróleo) cujo contributo para a sua identidade é estruturalmente diferente dos anteriores.

²² Basta tentar responder a essa questão para Portugal para se ter perfeita consciência da dificuldade.

É essa diferença que torna difícil prever aquilo que os santomenses serão colectivamente e o que quererão da cooperação internacional (e em particular de Portugal) daqui a alguns anos.

BIBLIOGRAFIA

ATCHOARENA, D., NIAMEOGO, A., Répondre aux besoins des jeunes défavorisés : quelques expériences en Afrique de l'Ouest, Stratégies d'éducation et de Formation pour les groupes défavorisés, Institute International de planification de l'éducation, UNESCO.

BAD, (2000), Boletim de inquérito do Projecto de Redução da Pobreza, INE, STP.
Helder.neto@undp.org

BANCO MUNDIAL, (1992), Poverty Handbook, Washington, D.C., EUA.

BANCO MUNDIAL, (2001), Estratégias de redução da pobreza - Livro de Consultas, Washington, D.C., EUA.
www.worldbank.org/poverty/strategies/chapters/

BANCO MUNDIAL, (1999), Africa Region Privatization Database, São Tome & Principe.
www.worldbank.org/afr/database/afrpriv/p1getlst.cfm

BANCO MUNDIAL, (2001), São Tomé and Príncipe Data Profile
www.worldbank.org/external/dgprofile

BANCO MUNDIAL, (2001), São Tomé e Príncipe e a iniciativa HIPC
www.worldbank.org/hipc

BANCO MUNDIAL, (2000), Country Assistance Strategy, Report No. 21031 – STP, Washington, D.C., EUA.
www.worldbank.org/pic/cas

CLARENCE SMITH, W.G. (1991), O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe, Rev. Int. Est. Africanos, n.º 14-15, Lisboa.

COMISSÃO EUROPEIA, (2000), Projecto melhoria dos sistemas de adução de água potável em Santo António do Príncipe, São João dos Angolares e Trindade, 8º FED, Bruxelas.

COMISSÃO EUROPEIA, (2000), Reabilitação de estradas secundárias em zonas rurais, São João dos Angolares e Trindade, 8º FED, Bruxelas.

COSTA, O.S. da, (1999), Indicadores de Pobreza, 8ª Reunião Internacional das Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Mindelo, Cabo Verde.

DAC/OCDE, (2001), DAC Guidelines on Poverty Reduction, Paris.

DAC/OCDE, (2001), DAC Aid Review of Portugal: Main Findings and Recommendations, Paris.
www.oecd.org/dac/htm/portugal01.htm

DFID, (2000), Eliminação da Pobreza no Mundo: fazer com que a globalização beneficie os pobres, Londres, Reino Unido.

www.dfid.gov.uk

www.globalisation.gov.uk

EYZAGIRRE, P.B. (1986) The Ecology of Swidden Agriculture and Agrarian History in São Tomé, Cahiers d'Études africaines, 101-102, XXVI 1-2, (indicado por Nadia Jones)

FERREIRA, M.E., (1990), Desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia em S.Tomé e Príncipe, mimeo, Lisboa

EMBAIXADA PORTUGAL EM STP, (2000 e 2001), Boletins informativos, STP.

eporcoop@cstome.net

FMI, (2000a), Interim Poverty Reduction Strategy Paper – Staff Assessment, STP, Washigton, D.C., EUA.

www.imf.org

FMI, (2000b), São Tomé and Príncipe: staff report for the 1999 Article IV consultation d request for an Arragement Under the Poverty Reduction and Growth Facility, IMF Staff Country Report No. 00/66, Washington, D.C., EUA.

www.imf.org/publications

FMI, (2000c), Letter of Intent of the government of São Tomé e Príncipe, Washigton, D.C., EUA.

www.imf.org/external/np/loi/2000/stp/02/index.htm

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA (2001), site Memória de África, Portugal.

www.memoria-africa.ua.pt

GOVERNO PORTUGUÊS, Programa do XIV Governo Constitucional, DR, 6/11/99, Lisboa.

HEITOR, F., (2000), Evolução das Economias dos PALOP, S. Tomé e Príncipe, Banco de Portugal, Lisboa.

INE, São Tomé e Príncipe em números, 1995,1998, 1999

ICEP, (2001), Intervenção Empresarial Portuguesa em São Tomé e Príncipe, mimeo, Lisboa.

ICP, (2001), A cooperação portuguesa no limiar do século XXI, Documento de orientação estratégica.

www.instcoop.pt

ICP, (1999), PIC de STP 1999-2001, Lisboa.

ICP, (2001), PIC 2001, Lisboa.

ICP, (2001), Base de dados de Projectos da cooperação, Direcção de Serviços de Programação, Avaliação e Documentação, Lisboa.

IFAD, (2001), Rural Poverty Report 2001, Oxford University Press, New York, EUA.

INSCOOP, (2000), "Cooperativismo em São Tomé e Príncipe", in Jornal Cooperativo de Língua Portuguesa, N.º 27, Lisboa.

KOSECOFF, J. e FINK, (1982), Evaluation Basics. A Practitioner's Manual, Beverly Hills, Ed. Sage in IEFP/IGFSS, 1999, Avaliação de Projectos.

LIPTON, M., (1998), Successes in anti-poverty, ILO, Geneva, Suíça.

MARTINHO, J.L.C., (1997), Sistema identitário dos empresários santomenses, tese de mestrado, ISCTE, Lisboa.

MNE, (2000a), Opções Estratégicas Até ao Ano 2005. Conferência de Mesa Redonda. STP.

MNE, (2000b), Plano de Acções Prioritárias 2000-2002. Conferência de Mesa Redonda. STP.

MNE, (2000c), Resumo do Plano de Acções Prioritárias 2000-2002. Conferência de Mesa Redonda, STP.

MTS, (2001a), Acordo de Parceiros para a criação, administração e gestão do Centro de Formação Profissional de ATP(Budo Budo), mimeo, Lisboa.

MTS, (2001b), Levantamento da Situação no Príncipe, mimeo, Lisboa.

MTS, (2001c), Cooperação entre Portugal e a RDSTP no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Relatórios de execução no biênio 1999 – 2000, mimeo, Lisboa.

OIT, Análise dos sistemas de segurança social de STP, Genebra, Suíça.

OIT, PNUD, BAD (2001), Profil de pauvreté en République Democratique de Sao Tome e Principe 2000, Maio 2001, mimeo, STP.

ONU, BM, FMI, OCDE, (2000), A Better World for All
www.paris21.org/betterworld/environment
www.paris21.org/betterworld/gender

PNAPAF, (2000), Relatório do Programa Nacional de Apoio à promoção da agricultura familiar, STP
pnapaf@cstome.net

PNUD, (2001) Choices for the poor, New York, EUA.
www.undp.org

PNUD, (2000), Overcoming Human Poverty, New York, EUA.
www.undp.org

PNUD, (1998), Rapport du développement humain São Tomé e Príncipe, STP.
marta.ruedas@undp.org

PNUD, (1998a), Progress against poverty in Africa, New York, EUA.
www.undp.org

SEIBERT, G., (1999), Comrades, Clients and Cousins, colonialism, socialism and democratization in São Tomé and Príncipe, Leiden University, Holanda.

STIGLITZ, J.E., (2000), What I learned at the world economic crisis, The New Republican, EUA.

STIGLITZ, J.E., (1998), Towards a new paradigm for development: strategies, policies and processes, in Prebish Lecture, UNCTAD, Genebra.
www.iisd.org/pe/pov_sd

TENREIRO, F.(1961), A Ilha de São Tomé , Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

WHO, (2001), Rapport sur la santé dans le monde,2000,
www.who.int/whr/2000/fr

WHO, (1999), Poverty and health, EB105/5.
www.who.org

YAHIE, A.M., (1993), The design and Management of Poverty Alleviation Projects in Africa, Economic Development Institute of World Bank, Washington, D.C., EUA.

UNICEF, (2000) Estado Mundial de la infancia, New York, EUA.
www.unicef.org

UNICEF, (2000), Inquérito sobre os indicadores múltiplos, STP.
www.unicef.org

UNDP, (1999),Attacking Poverty while Improving the Environment: Pratical Recommendations, Poverty & Environment Initiative

UNIFEM (2001), Engendering Governance and Leadership
www.unifem.undp.org/gender